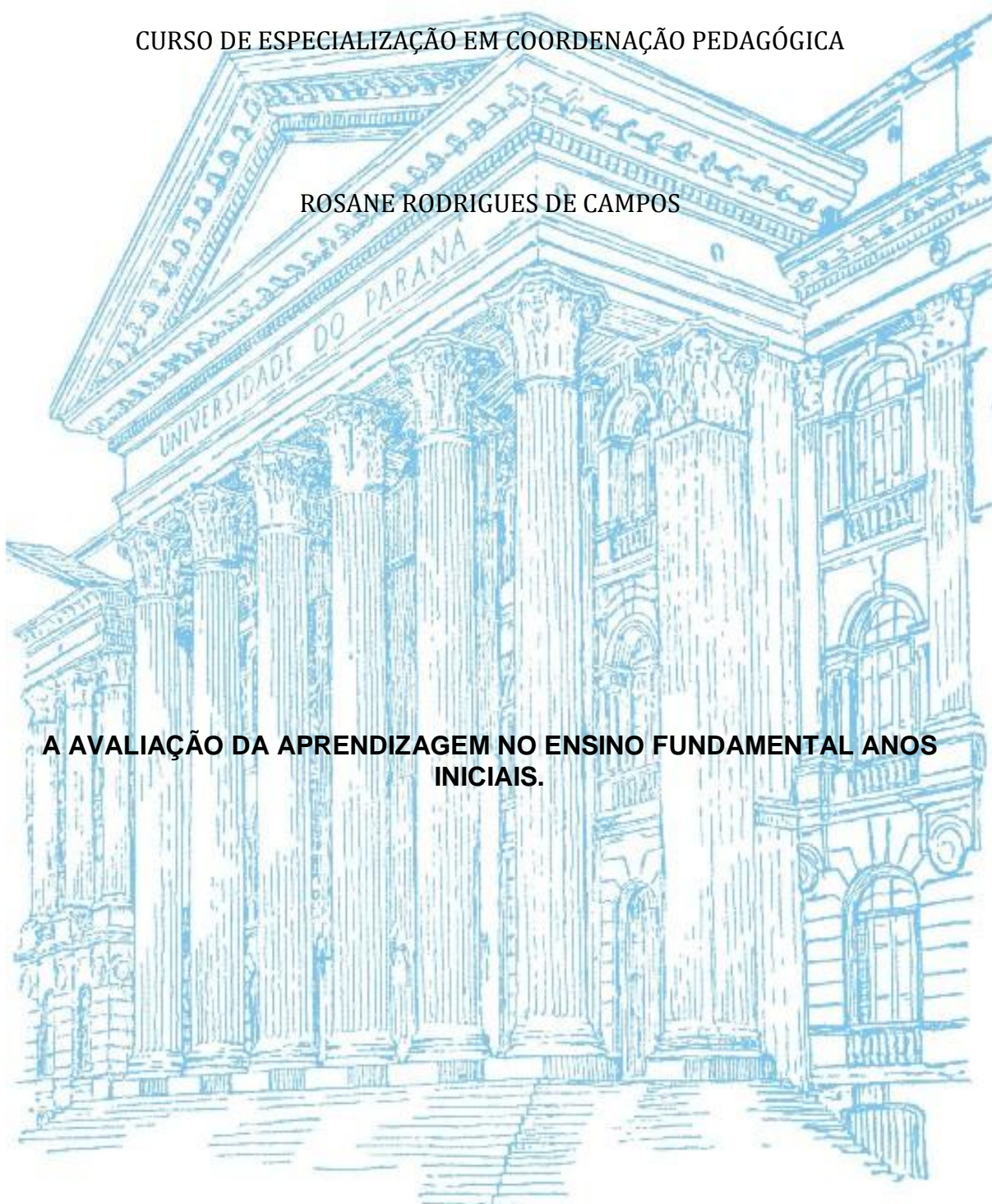


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROSANE RODRIGUES DE CAMPOS



A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS.

CURITIBA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROSANE RODRIGUES DE CAMPOS

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM - CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Paulo Fioravante Giaretta

CURITIBA

2014

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS.

ROSANE RODRIGUES CAMPOS*

RESUMO

O estudo apresenta análise sobre a avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental anos iniciais, definindo-se como enfoque de natureza prático-teórica. Os elementos da pesquisa buscaram, através das suas características, responder às questões relativas ao processo de legitimação, adaptação e viabilização do tema proposto. A avaliação é uma etapa a ser cumprida na vida escolar dos indivíduos, com a finalidade, não de retenção ou reprovação, mas com objetivo de consertar o que não está dando certo. Sendo assim, a avaliação da aprendizagem escolar, deve permitir que o professor acompanhe a construção das representações do aluno, percebendo onde ele se encontra, possibilitando a interação na perspectiva de superação. Este artigo tem como objetivo geral analisar como é entendido o processo de avaliação educacional pelo professor. Como objetivos específicos: pesquisar os diferentes métodos utilizados para avaliar os alunos; investigar que referências abordam com maior precisão o tema. E como problema: será que a avaliação de conteúdos pode contribuir com o aprendizado dos educandos? Usou-se como metodologia a pesquisa bibliografia e de campo. A pesquisa bibliográfica realizou-se em livros, revistas, jornais, meios eletrônicos, e outros. E a pesquisa de campo foi feita através de questionário com professores que atuam no Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Este tema foi escolhido porque tem sido motivo de desconforto para a pesquisadora, ou seja, sempre que se fala em avaliação, gera-se muitas interrogações. Conclui-se que a avaliação escolar é um processo que deve ocorrer nos mais diferentes momentos do trabalho, visando sempre diagnosticar e superar dificuldades, corrigir falhas e estimular os alunos que continuem dedicando-se aos estudos.

PALAVRAS- CHAVE: Processo avaliativo. Ensino. Aprendizagem.

* Artigo produzido pela aluna Rosane Rodrigues Campos do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Paulo Fioravante Giareta. E-mail: rorcampos@hotmail.com

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo, sob o tema a Avaliação da Aprendizagem no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, busca evidenciar a complexidade e os desafios inerente a esta atividade, tanto para o educador como para os educandos.

Neste sentido, este trabalho apresenta como meta a reflexão a cerca da avaliação escolar atentando para o fato de que a elaboração de um momento avaliativo merece atenção especial e muita dedicação, pautado por um olhar atento aos detalhes, ou seja, às individualidades em sala de aula, e às características de aprendizagem de cada aluno.

Assim, o referido estudo responde pelo objetivo geral a analisar o entendimento do processo de avaliação educacional no Ensino Fundamental Anos Iniciais. Objetivo, por sua vez, pautado na concepção teórica da pedagogia histórico-crítica, fazendo-se necessário a compreensão de que a educação deve ser utilizada como experiência de vida multiplicada e variada, tendo em vista o desenvolvimento integral do educando, ou seja, seu desenvolvimento motor, cognitivo e social do educando.

Quanto aos objetivos específicos a pesquisa responde pelo: estudo dos diferentes métodos utilizados para avaliar os alunos; e investigação das referências abordam com maior precisão sobre a temática. A problemática central que a pesquisa busca responder diz do quanto a avaliação dos conteúdos pode contribuir com o aprendizado dos educandos?

Neste sentido, a pesquisa pressupõe, ainda, que o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento na relação que estabelece com o professor, os colegas e demais pessoas e ambientes com os quais interage.

Concepção que nos aproxima da afirmação de Patton (1990, p. 12-13) ao dizer que o “desafio de avaliar é obter a melhor informação possível para as pessoas que delas precisam e então conseguir fazer com que estas pessoas realmente usem os dados de forma apropriada para os propósitos desejados.

Assim, este artigo responde por alguns movimentos teóricos centrais, tais como: pesquisa bibliográfica, a qual infere-se das bibliografias sobre o tema, posto que a compreensão de muitos docentes sobre a avaliação

obedece a uma racionalidade estritamente positivista que se fundamenta basicamente na aplicação de testes direcionados a medir, qualificar, sancionar e penalizar, tornando difícil identificar, no universo avaliativo de ensino básico, no que de fato ela pode se caracterizar em termos de qualidade e eficiência.

Para entender melhor as teorias já existentes e confrontá-las com a prática, outro movimento central é o da pesquisa de campo, através da aplicação de um questionário com os educadores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. A pesquisa de campo possibilita confrontar as apreciações feitas pelos educadores às construções teóricas sobre a temática a luz da concepção teórica da Pedagogia Histórico-Crítica, que por sua vez, segundo Gasparin (2005), o ponto de partida metodológico não está centrado na escola, mas na realidade social.

Uma vez que a proposta de pesquisa se articula pela compreensão dos professores sobre processo avaliativo e sua contribuição à aprendizagem, mediado pela concepção teórica da Pedagogia Histórico-crítica, vale destacar a concepção de avaliação que emerge como objeto central é o da avaliação formativa.

Os motivos que movem o estudo ligam-se à importância de uma análise crítica e profunda, com vistas a analisar a cultura avaliativa usada por décadas por professores e que continua não dando certo, mas ainda é usada. Este tema foi escolhido porque tem sido motivo de desconforto para a pesquisadora, ou seja, sempre que se fala em avaliação, gera-se muitas interrogações.

2. A LITERATURA AVALIATIVA E A AVALIAÇÃO FORMATIVA

Quando um indivíduo ingressa na escola pela primeira vez sempre se depara com algo novo, com uma aquisição sistêmica e organizada de conhecimentos científicos, os quais se diferenciam dos conhecimentos que estes já possuíam até então de maneira espontânea e nunca de forma sistematizada.

Considerações que possibilitem inferir que a avaliação da aprendizagem, o atual contexto escolar, efetivam-se como ferramenta de seleção e verificação,

separando os alunos que conseguem dos que tem mais dificuldade de apropriação deste conhecimento sistematizado. A seleção parece ser feita de uma forma simples e objetiva, e talvez intencional.

Contudo, espera-se que a avaliação responda como um processo contínuo e diário, respondendo como uma ferramenta usada para promover o desenvolvimento do educando. Portanto, mais do que um recurso de medição do aprendizado do aluno, deve medir, também, o processo de ensino.

Assim, mais do que preocupar-se em aprovar ou reprovar alunos a avaliação deveria centrar-se na busca de alternativas para melhorar o aprendizado. SAVIANI (2008) alerta para a importância que a escola tem de possibilitar aos alunos a apropriação do conhecimento sistematizado, e neste sentido a avaliação do que está sendo ensinado tem papel preponderante.

Dessa forma a avaliação deixa de se centralizar somente no aluno, mas, sim em todas as variáveis que podem interferir nesse processo. Ou seja, a avaliação responde por uma função formativa e dialógica.

Segundo BARETO (2001) a avaliação deve responder a um caráter de continuidade e trocas entre o avaliador e o avaliado, implicando uma maior interação entre estes sujeitos e seu contexto social, como por exemplo os familiares dos avaliados. Concepção que resgata o princípio formativo da avaliação.

A respeito da contribuição específica da avaliação formativa, para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, ESTEBAN (2004) considera que:

Avaliar o aluno deixa de significar fazer um julgamento sobre a sua aprendizagem, para servir como momento capaz de revelar o que o aluno já sabe, os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento demonstrado, seu processo de construção do conhecimento, o que o aluno não sabe e o caminho que deve percorrer para vir, a saber, o que é potencialmente revelado em seu processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para que a superação, sempre transitória, do não saber, possa ocorrer.

Nessa perspectiva, a avaliação trabalha com um contexto, no qual os conhecimentos estão em construção e são estes que devem conduzir à ação educativa. O conhecimento existe em uma dimensão coletiva e, a riqueza da heterogeneidade existente no grupo é que impulsiona a condução dos

processos. A comunicação das construções, dos saberes é o centro de um processo avaliativo, numa perspectiva formativa.

A avaliação formativa proporciona condições para as regulações retroativas das aprendizagens (PERRENOUD, 1999), uma vez que as dificuldades dos alunos são detectadas, após o processo de ensino-aprendizagem, normalmente.

Para alcançar a finalidade da avaliação formativa é necessário que professores e alunos assumam responsabilidades específicas no processo avaliativo. Como chama atenção (PERRENOUD, 1999), ao afirmar que a avaliação formativa pressupõe uma relação e confiabilidade entre professores e alunos. Ela exige da parte dos professores a capacidade de fazer as articulações necessárias para possibilitar a regulação das aprendizagens.

Os professores são agentes fundamentais no processo ensino-aprendizagem e devem posicionar-se diante da avaliação formativa, organizando o processo de ensino de maneira ativa e planejada. A definição dos objetivos do processo de ensino é importante para fazer o aluno sentir-se autor desse processo. Por isso, devem ser propostas atividades diversificadas e adequadas ao nível de desenvolvimento do aluno, pois este precisa receber um *feedback* permanente, que o ajude a perceber os movimentos necessários para alcançar as aprendizagens, além de ser um instrumento efetivo na comunicação entre os autores do processo. As informações colhidas por meio da avaliação devem ser utilizadas pelo professor para o planejamento de suas aulas

O aluno também é um agente ativo no processo avaliativo, portanto, possui algumas responsabilidades, que devem ser observadas, para que as aprendizagens ocorram de maneira satisfatória. Eles precisam participar dos processos de aprendizagem, utilizando os instrumentos de avaliação, como uma forma de perceberem como seus conhecimentos estão sendo construídos, realizando todas as atividades que lhes forem propostas, demonstrando interesse e buscando novas atividades, por iniciativa própria, que levem à aprendizagem.

Assim, na avaliação formativa, professores e alunos são responsáveis pelo bom andamento do processo de ensino-aprendizagem. O professor possui um papel preponderante no que tange à organização dos processos e à

distribuição do *feedback*. Já os alunos devem ter uma atuação efetiva nos processos, que se referem à auto-regulação e à auto-regulação das suas aprendizagens.

O caráter educativo precisa estar presente na avaliação, pode constituir-se como um elemento de formação. O aluno merece aprender alguma coisa, ao ser avaliado; a avaliação deve permitir-lhe firmar suas aquisições. Ela pode ajudar o aluno a avançar e estimulá-lo, além de oferecer os meios para que o aluno supere suas eventuais dificuldades. O objetivo principal de um projeto pedagógico é o de proporcionar aprendizagens, portanto, a avaliação escolar pode estar a serviço da construção de aprendizagens.

3. A AVALIAÇÃO FORMATIVA NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Convém considerar, inicialmente, que entendida como um processo de vida, a avaliação é indispensável em qualquer atividade em que se pretenda a melhoria dos seres humanos nela envolvidos, tanto quanto das atividades. Pode-se afirmar, pois, que a avaliação é um instrumento fundamental para a organização social que busca desenvolvimento e qualidade. Para o âmbito educacional este princípio não é diferente.

De certa forma a história da avaliação, mesmo que vista de muito longe, desde a implantação das primeiras escolas isoladas de ensino primário no Brasil, já explicitava alguns princípios de fácil visualização.

Segundo Morim (1992, p. 20) “As escolas deveriam atender aos interesses das elites dominantes, idealizadas, portanto, a partir do modelo português de ensino”. Mesmo com o processo imperial, a independência e mesmo a implantação da república, percebeu-se pouco avanço em relação aos critérios que norteiam a melhoria da educação brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, traz consigo importantes redirecionamentos para a educação nacional, dando ênfase aos processos de avaliação, com vistas à melhoria da qualidade do ensino. No que se refere ao

rendimento escolar, o Artigo. 9º da LDB faz referência à Organização Nacional da Educação que tem a incumbência de:

Inciso VI- assegurar processo Nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996).

Ainda há que se ressaltar que a LDB salienta o princípio de flexibilidade na organização curricular e orienta também, ainda no inciso V do Artigo 23, que a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 1996).

Ainda, referente a legislação educacional, vale salientar que este trabalho foi construído com base no estudo do Regimento Escolar da Instituição de ensino pesquisada, Escola Municipal Presidente Vargas, que referente à avaliação estabelece, na Artigo 125, da Seção que aborda Avaliação da Aprendizagem, a Recuperação de Estudos e a Promoção, que “a avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno.

Os artigos 126 a 140, também reforçam esta concepção de avaliação, recuperação e aproveitamento dos alunos na escola, reclamando o esforço dos alunos e professores para tais objetivos.

Soma-se ao Regimento Escolar o PPP-Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Presidente Vargas, que também pressupõe que a avaliação deve ser um instrumento pedagógico para avaliar e verificar o conhecimento científico que o aluno assimilou, após a mediação e intervenção do professor

em sua prática pedagógica. Na seção V – Da avaliação Escolar e a Aprendizagem, afirma que:

Art. 14 - A avaliação constitui-se matéria imprescindível para a implantação e implementação de projetos pedagógicos, seus princípios e funções orientam e definem as ações que promoverão as aprendizagens: **Art.15** - A avaliação deve cumprir funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar. **Art.16** – A concepção adotada pela instituição: I – Avaliação diagnóstica: a ênfase dada é identificar os conteúdos e competências, objetivando saber qual nível encontra-se o aluno, bem como destacar que o seu principal foco não é voltado à nota, mais em um diagnóstico para compreender o processo da produção do conhecimento. II - A avaliação formativa consiste na prática da avaliação continua realizada durante o processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de melhorar as aprendizagens em curso, por meio de um processo de regulação permanente. **Art.17** Os critérios de avaliação respeitam a realidade educacional são padronizados dentro dos aspectos qualitativos e quantitativos (testes, exames, conceitos e provas que verificaram o nível de conhecimento dos alunos. (p. 19)

Com base nestas leituras, cabe compreender que a avaliação educacional ainda é concebida como uma ferramenta usada para medir o quanto o aluno aprendeu, mas não para medir a qualidade e eficácia na prática docente, ou seja, do ensino. E dessa forma, ainda no contexto atual, embora com menor incidência, insiste-se tanto em aprovar e reprovar alunos com base nos resultados de aprendizagem, mas não se busca alternativa para melhorar o aprendizado. MOURA (1996) em seus estudos ressalta que o processo de ensino não pressupõe apenas a participação do aluno, mas sim os dois, professor e aluno. Cada um ciente de seu papel neste processo.

Nesse sentido, vale destacar a afirmação de HOFFMANN (1993), ao reconhecer que:

geralmente os professores se utilizam da avaliação para verificar o rendimento dos alunos, classificando-os como bons, ruins, aprovados e reprovados. Na avaliação com função simplesmente classificatória, todos os instrumentos são utilizados para aprovar ou reprovar o aluno, revelando um lado ruim da escola, a exclusão.

O que nos leva a perceber que os professores, tendencialmente, acabam fazendo uso da avaliação com cobrança de conteúdos aprendidos de formas mecânicas, sem muito significado para o aluno. Chegam, inclusive, a apropriar-se da avaliação como ferramenta de coerção frente aos alunos que classificam como inquietos, desinteressados e desrespeitosos.

LUCKESI (1996) alerta que a avaliação com função classificatória não auxilia em nada o avanço e o crescimento do aluno e do professor, pois constitui-se num instrumento estático e frenador de todo o processo educativo. O querer que a avaliação atinja o objetivo formativo exige a modificação da forma de utilizá-la no contexto do processo de ensino e aprendizagem. O professor pode aproveitar a avaliação para rever suas metodologias e o aluno pode aproveitar a avaliação para rever suas formas de estudar.

HOFFMANN (1993), colabora com essas ideias ao afirmar que isso acontece pela falta de compreensão de alguns professores sobre o sentido da avaliação, ou seja, que a mesma é o reflexo de sua história de vida como aluno e professor.

Quando entende-se a avaliação como um instrumento para diagnosticar os problemas educacionais, que serve para ajudar o professor a se auto-avaliar e levar o aluno a refletir sobre a necessidade de mudar o jeito de estudar, então ela passa a ser entendida, efetivamente, como formativa.

Sendo assim, cada um poderá mudar de comportamento e de atitude, planejará seus objetivos e talvez dê um novo significado para o sistema educacional. Avaliar através de outros meios, como trabalho de pesquisa, apresentação oral, trabalho em grupo, e ter a concepção de que avaliar é um processo contínuo que pode ser feito diariamente.

A avaliação precisa ser vista como parte integrante de todos os envolvidos no processo educacional, principalmente os professores e alunos que localizam-se no cerne pedagógico. A avaliação não é ou não pode ser vista de outra forma a não ser a de contribuir com o crescimento intelectual de cada ser.

Dentre tantas propostas avaliativas elaboradas, LIBANEO (1991) propõe que avaliação como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, a determinar a

correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Diante das dificuldades encontradas pelos professores em avaliar continuamente seus alunos, a teoria histórico-crítica nos remete a um desafio permanente de, em todos os momentos, prestar atenção neles, refletindo sobre a ação de avaliar o cotidiano escolar. Dessa forma, a avaliação passa a auxiliar no processo ensino-aprendizagem.

Ainda há que se considerar que a avaliação tem a função de alimentar, sustentar e orientar o processo ensino-aprendizagem devendo constar do Projeto Pedagógico de cada instituição de ensino, conforme a sua especificidade. Deve colaborar para a auto-regulação e autotransformação de cada série, estimulando a cooperação entre os alunos, professores, coordenadores, diretores, alunos e equipe administrativa.

Nesse sentido, LUCKESI (1998) afirma, que a avaliação deve ser um instrumento para auxiliar a aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação do “aluno”. A avaliação deve ajudar tanto o professor como o aluno a se auto avaliarem em conjunto, encontrarem uma forma de prosseguir no processo e redirecionar, quando necessário, a caminhada.

Os problemas da avaliação também pertencem ao sistema educacional, já que o uso que se faz dela é reflexo de sua filosofia educacional. Refletir sobre esses problemas é extremamente relevante, porque a partir de resultados da avaliação escolar, decisões educacionais e sociais são tomadas, e muitas destas irão influir diretamente sobre vidas humanas.

A avaliação concebida aqui como um processo contínuo e diagnóstico vai acompanhando e vai produzindo alguns procedimentos, alguns instrumentos, sempre no sentido de estarem acompanhando o processo educativo e poder verificar os seus efeitos, sobretudo, nos educandos e no processo educativo como um todo.

A partir deste ponto será acrescentado ao debate o planejamento como fator preponderante para uma boa avaliação escolar. Nesse sentido é que no campo da avaliação do rendimento escolar, docentes e discentes deveriam preocupar-se inicialmente com o planejamento. É preciso traçar metas, com a intenção de alcançar os objetivos propostos. Neste planejamento das atividades de ensino e de aprendizagem, professores e alunos podem

estabelecer o mínimo de conteúdo necessário a ser efetivamente aprendido e ainda o mínimo de condutas indispensáveis para um bom convívio social.

Para LUCKESI (2002) o planejamento é um ato intencional a partir do qual se projetam os fins e são estabelecidos os meios os atingir. Justamente por isso, o ato de planejar não é neutro mas, carregado de ideologia. Por isso, convém a articular com a preocupação de Caldeira (2000), para quem a avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesmo, portanto, determinada por uma determinada teoria e prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica.

4. A AVALIAÇÃO FORMATIVA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

A avaliação é um dos grandes temas que compõem a Organização do Trabalho Pedagógico. Dentro da escola, o que se encontra, muitas vezes, é a ação de verificar, medir e classificar ao término de uma etapa a suposta aprendizagem do aluno. Na atualidade este tema tem sido objeto de constantes estudos por parte de teóricos de diferentes tendências pedagógicas na busca de uma avaliação com característica transformadora para a escola, professores e alunos.

Com olhar mais apurado sobre o cotidiano escolar constata-se que os professores ainda ficam profundamente envolvidos com intermináveis cálculos e mais cálculos para chegar a uma nota no final do bimestre ou do ano letivo que, na verdade, não reflete a real aprendizagem do aluno. Ainda a avaliação dentro da sala de aula é instrumento de controle, no que se refere à manutenção da disciplina e da pseudo-atenção do aluno às explicações do professor. Ainda encontramos, de maneira predominante, instrumentos avaliativos que pedem ao aluno que simplesmente reescreva o que ele apenas memorizou em tantas aulas e leituras. Ou ainda, instrumentos que contêm questões indagando ao aluno saberes completamente inúteis, que nada expressam a essência dos conteúdos.

A característica que de imediato se evidencia em nossa prática educativa é a de que professores e pedagogos ainda vivem sob intensa angústia quando a questão é avaliação. Ao mesmo tempo em que ela pode conduzir a resultados significativos dentro do processo de aprendizagem de cada aluno, pode também ter um caráter classificatório e punitivo, que nada acrescentará ao desenvolvimento do estudante.

Utilizo como instrumento dessa pesquisa um questionário, para a obter informações, ou dados, contendo questões objetivas e subjetivas, contemplando aspectos como a importância da avaliação em sala de aula no Ensino Fundamental Anos Iniciais.

O referido questionário foi aplicado aos professores que atuam no Ensino Fundamental Anos Iniciais na Escola Municipal Presidente Vargas – Educação Infantil e Ensino Fundamental. A escola localiza-se na Rua Paraná, 1122, Centro Sul, do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, tendo como mantenedora a Prefeitura Municipal.

O início da construção da primeira parte do atual Grupo Escolar Presidente Vargas, deu-se em 1964. Em 1966 com o aumento significativo do número de alunos precisou aumentar sua estrutura física e passou a dispor de uma direção, função respondida pela Senhora Heda de Mello Guzzo.

Durante os anos seguintes o Grupo Escolar Presidente Vargas ampliando o número de aluno mais salas tiveram que ser construída. Houve a troca de direção e APP (Associação de Pais e Professores) foi formada com o objetivo de formalização do Grupo Escolar . Em 1985 o Grupo Escolar passou a oferecer atendimento na área da Educação Especial, com especificidade para a Deficiência Auditiva, contando com a Rejanecy Gazzelle como professora.

Atualmente a Escola possui 24 turmas distribuídos para a Educação Básica, Atendimento na área da Educação Especial, D.A (Deficiente Auditivo), D.M (Deficiente Mental), D.V (Deficiente Visual), Classe Especial e Sala de Recurso, tendo implantado o ensino de 9 anos. Em seu quadro de pessoal, conta com 01 diretora, 02 coordenadoras, 01 secretária, 01 bibliotecária, 29 professores efetivos, 04 estagiarias e 07 serventes que atendem aproximadamente 520 alunos distribuídos em dois turnos matutino e vespertino.

Do quadro docente com atuação direta no Ensino Fundamental Anos Iniciais dez foram convidados a participarem da pesquisa respondendo os questionários. Os referidos professores dispõem de mais de três anos de experiência na escola pesquisada.

Todos os referidos professores dispõem de formação de Ensino médio – Magistério, avançando na sua busca de formação pela graduação em licenciaturas no Ensino Superior: Dois tem formação em Pedagogia; um em Ciências Biológicas; um em Geografia; um em Ciências Biológicas; e três são estudantes de Pedagogia. Vale destacar que dois são especialistas (Psicopedagogia e Educação Infantil).

Tendo como objetivo compreender o que pensam os professores sobre a avaliação formativa, foram elaboradas quatro questões subjetivas, a primeira consistia em saber a concepção dos profissionais sobre a avaliação, a segunda consistia em entender a relação entre a avaliação e a aprendizagem na visão dos professores, a terceira conhecer os instrumentos avaliativos utilizados e a quarta em conhecer a visão dos professores sobre o impacto realizado em sua avaliação no processo de ensino aprendizagem dos alunos. No decorrer da pesquisa, para não divulgar nome dos professores, mas identificá-los e expressar suas respostas, utilizou-se apenas letras, tais como: A., M., R., N., T., C., G., e E.

Percebe-se que na primeira questão os professores apresentaram em suas respostas uma concepção de avaliação de caráter diagnóstica e formal. Considerando as respostas dos professores podemos perceber que para o professor A “a avaliação é uma forma de mensurar o quanto o aluno entendeu e assimilou o conteúdo”, já para o professor M “a avaliação é uma maneira de verificar o que devemos fixar, revisar ou mudar a maneira de trabalhar um conteúdo”. E para o professor C “é uma das maneiras de poder verificar a aprendizagem dos conteúdos adquiridos pelos alunos”. Dessa maneira a concepção da avaliação é a do aproveitamento dos conteúdos pelos alunos com critérios avaliativos em conhecer, saber o crescimento de cada educando quanto a aquisição dos conhecimentos e não no crescimento intelectual e humano do aluno, este pode ser um dos motivos do fracasso da educação.

Segundo Luckesi, “no que se refere às funções da avaliação da aprendizagem, importa ter presente que ela permite o julgamento e a consequente classificação, mas essa não é a sua função constitutiva.

Neste sentido, enfatiza-se por parte dos professores que a avaliação formativa é aquela que visa, basicamente, avaliar se o aluno domina gradativamente e hierarquicamente cada etapa da aprendizagem, antes de prosseguir para uma outra etapa subsequente de ensino-aprendizagem.

Para aprofundar nossa reflexão, busca-se as respostas da questão dois, já que esta questão questionava os profissionais quanto a relação entre a avaliação e a aprendizagem no contexto escolar. Verificou-se que os profissionais em questão não conseguem estabelecer essa relação da teoria em suas práticas, isso fica claro quando obtivemos as seguintes respostas: o Professor A indica que “as duas se complementam”, proposta comungada, também, pelo professor T, ao afirmar que “uma complementa a outra”. Para o professor M “as duas são necessárias para obter melhor o conhecimento”, o professor N indica que “tudo, porque através da avaliação diagnóstica mudaremos nossa metodologia se necessário for e outros procedimentos”. Também o professor C afirma que “ao realizarmos a avaliação com os educandos, estamos verificando o que realmente ele sabe ou aprendeu e assim, partirmos dela para planejarmos nossas aulas ou mudar a nossa prática pedagógica, assim, realmente acontecer a aprendizagem”.

Acredita-se que os respectivos professores não entenderam a pergunta e, talvez por isso, não conseguiram elaborar uma resposta satisfatória. Pelas respostas obtidas, a avaliação serve mais para medir o grau de aprendizagem do que para corrigir falhas nas metodologias, tanto do educando quanto do educador.

Quanto a questão três, as respostas foram muito similares à questão dois. O professor R indica que “ao realizarmos a avaliação com os educandos estamos verificando o que realmente ele sabe, ou aprendeu e assim partimos dela para planejar nossas aulas ou mudar a nossa prática pedagógica para que o aprendizado ocorra de forma mais eficiente”. O professor T, por sua vez, diz “que a avaliação é o meio que é usado para observar o grau da aprendizagem do conhecimento”, ainda, o professor G afirma que “as duas se complementam

no processo de ensino e aprendizagem: avaliação é o meio e a aprendizagem é o fim”.

Com isso verificamos que os professores pesquisados tiveram dificuldades em compreender a relação entre a avaliação formativa e a aprendizagem, porém demonstraram que em sua prática a avaliação é tomada como sendo aquela que ao se iniciar um curso ou um período letivo, dado à diversidade de saberes, o professor deve verificar o conhecimento prévio dos alunos com a finalidade de constatar os pré-requisitos necessários de conhecimento ou habilidades imprescindíveis de que os educando possuem para o preparo de novas aprendizagens.

Como avaliar uma turma com uma mesma avaliação, se todos os alunos são diferentes e cada um tem um ritmo diferente, tem idade diferente, tem conhecimentos anteriores diferente, então é possível ser justo em uma avaliação?

Percebe-se que a maioria desses professores tem como visão que a avaliação é usada como forma de verificação e a qualificação dos resultados da aprendizagem no início, durante e no final das unidades didáticas visam sempre a diagnosticar e superar dificuldades, corrigir falhas e estimular os alunos a que dediquem-se aos estudos. Podemos dizer que o aproveitamento do aluno reflete, em grande parte, a atuação didática do professor.

Dessa forma, o ato de avaliar fornece informações importantes que permitem verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos e também, indiretamente, determinar a qualidade do processo de ensino e, conseqüentemente, o sucesso do trabalho docente.

Nesse sentido, a avaliação tem uma função de retroalimentação (feedback) dos procedimentos de ensino, ou seja, fornece dados ao professor para repensar e rever seu planejamento didático, visando o aperfeiçoamento e tendo melhores resultados no ensino–aprendizagem. Desde que consiga e se proponha a rever suas práticas/instrumentos e conteúdos.

Por outro lado, tem-se a questão quatro, que se refere aos instrumentos avaliativos, percebe-se que o entendimento da importância da avaliação diagnóstica permanente, para alertar professor, obtendo as seguintes respostas: o professor C “provas e testes”; professor G “oralidade, participação e provas”; professor T “avalio o desenvolvimento do aluno nas pequenas

situações apresentadas e vivenciada respeitando seu potencial intelectual”; professor A “os instrumentos avaliativos são variados como por exemplo: observação, provas objetivas, descritivas, prova oral e auto avaliação”.

Todos os meios indicados pelos professores, para avaliar aos seus alunos, parece ser meio utópico, pois pouco se falou da oralidade, daquilo que o aluno já traz consigo, e de várias avaliações para uma mesma turma, para isto o professor precisa de muito tempo para dedicar-se a elaboração e execução das mesmas, pois passa a ser uma atividade permanente, tornando-se um processo avaliativo e não mais uma mera avaliação.

Para Jussara Hoffmann, “o professor deveria se utilizar da avaliação durante todo o processo de ensino-aprendizagem, observando como o aluno está aprendendo o conhecimento, que dificuldades enfrenta, que reformulações em seu método de ensino devem ser feitas”. Ou seja, a avaliação passa a ser um instrumento de regulação da aprendizagem. A esta avaliação, Hoffmannn (1996), dá o nome de formativa e tem os seguintes aspectos: “contínua e contextualizada, investigativa e diagnóstica, sistemática e objetiva”.

Enfim os instrumentos são as formas que o professor estabelece previamente para avaliar um conteúdo. Fundamentam-se no processo decisório da avaliação e devem ser coerentes com o que e como foi trabalhado em sala de aula. Devem estar adequados para coletar os dados necessários para dar ao professor indicações do estado de aprendizagem do aluno.

Para fomentar ainda mais esta reflexão, buscou-se a quinta questão relacionado em saber qual seria o impacto da forma de avaliar no processo de ensino aprendido dos alunos. Os professores demonstraram em suas respostas que a ideia é de uma avaliação que considere os progressos e limitações de cada aluno e suas capacidades de lidar com as implicações consequentes da aprendizagem. O professor M indica que “é fazer os alunos conhecerem seus potenciais, sua personalidade, atitudes, interesses e dificuldades diante de sua vida”; para o professor R “os resultados serão diversos dependendo de cada aluno”; para o professor N, por sua vez, “falta de recursos, estruturas, e incentivo escolar”; o professor E indica que “quando a pessoa sabe o que está sendo avaliado acontece o impacto, o aluno fica tranquilo e a aprendizagem acontece”; ainda, o professor A “tem como meta

guiar o aluno no processo educativo avaliando-o para melhor conhecer as suas habilidades”.

Sendo assim os professores consideram que o impacto de uma avaliação na vida dos alunos está relacionado com a capacidade do aluno permeado durante todo o seu processo educativo.

Portanto, percebe-se que, apesar de todos os fatores relacionados acima, quando o professor depara-se com seus alunos, dentro do espaço da sala de aula, é o seu trabalho, que faz com segurança e conhecimento, que colaborará para a formação da pessoa e transformação do mundo. O bom trabalho do professor depende de sua compreensão do processo educativo.

Percebe-se que durante a trajetória na vida escolar as crianças são avaliadas em função de maior ou menor capacidade de reter informações que lhes são transmitidas sem preocupação prévia com o desenvolvimento de suas potencialidades. Todas as modalidades avaliativas que ocorrem nas escolas do Ensino Fundamental parecem estar embasadas por algum método ou proposta de ensino-aprendizagem.

Percorridos todas as considerações sobre as várias tarefas deste artigo científico que intitulamos como “Avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental Anos Iniciais”, refletindo sua concepção e função, concluímos que apesar das bibliografias dos autores tratarem de maneira explícita e abrangente sobre o tema avaliação em questão e da necessidade que se faz de não avaliar apenas para aprovar ou reprovar, a avaliação que ainda ocorre nas escolas públicas é classificatória e excludente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender o processo de avaliação entende-se, no presente trabalho, como necessário não só conhecer as suas especificidades históricas, como também suas características regionais. Sendo assim, verificou-se na literatura que o processo de avaliação classifica-se como algo complexo e inacabado, uma vez que apresenta objetivos ambíguos, que dificultam o direcionamento ordenado de suas atividades. Tem de um lado os grupos de interesse e de outro os que precisam tomar decisões. Essa dicotomia tem

gerado muitos conflitos internos, por isso que avaliar pode ser um tema complexo.

Ao realizar leituras retrospectivas sobre as últimas décadas, com relação aos marcos legais das políticas de avaliação e regulação da educação no país, é indiscutível que houve progressos no reconhecimento da importância da avaliação, sempre associada à ideia de melhoria da qualidade da educação, sobretudo no ensino básico ou Ensino Fundamental. Contudo, convém indicar a necessidade de avançar.

É possível concluir que o processo avaliativo do ensino/aprendizagem, através dos mais diversos, permite ao docente o conhecimento de cada educando, bem como, de sua capacidade de assimilação, aproximando-o de sua realidade com a atividades que lhe proporcione maior conhecimento. E o docente ao analisar os resultados do rendimento escolar dos alunos, obtém informações sobre o desenvolvimento do seu próprio trabalho.

Ao concluir este artigo, pode-se dizer que foi satisfatório, porém tem muito ainda o que aprender a respeito de avaliação, ficando em aberto para que outros interessados sobre esse assunto continuem o processo de pesquisa.

Quando se trata de avaliar a aprendizagem, ainda são frequentes alguns equívocos, especialmente acerca dos aspectos qualitativos e quantitativos da avaliação. A avaliação tem um significado amplo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática.

Cabe ao educador uma reflexão permanente sobre a sua realidade, um acompanhamento contínuo do educando, na trajetória da construção do conhecimento. O ato de avaliar exige cuidados metodológicos científicos. No caso de ações planejadas, a avaliação também necessita ser cientificamente planejada e executada com o mesmo rigor.

O processo avaliativo deve, além dos resultados sobre a aprendizagem dos alunos, possibilitar que o professor verifique se os objetivos propostos no planejamento estão sendo atingidos. Cabe ao professor despertar nos alunos a paixão pelo conhecimento, pelo aprendizado, para que gere prazer. Esse prazer deve ser um elemento presente constantemente nas salas de aula e que

a motivação deve estar no aprendizado e não no medo que se caracteriza na prática de uma avaliação autoritária.

Para que a avaliação educacional escolar assuma o seu verdadeiro papel, terá que estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social. O professor deverá rever sua prática, pois ela não é neutra. Para que isso ocorra é necessário assumir um posicionamento pedagógico claro e explícito, para que possa orientar o planejamento, a execução e a avaliação da aprendizagem.

REFÊRENIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABIN, PIERRE. Os novos modos de compreender- a geração do audiovisual e o computador. SÃO Paulo. Edições Paulinas, 19989.

BRASIL, Lei n. 9394, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, In Diário Oficial da União ano CXXXIV, n. 248, de 23/12/96, 1996.

BARRETO, E. S.S. A avaliação na Educação Básica entre modelos. Educação & Sociedade, ano XXII, n. 75. Campinas, Agosto, 2001.

ESTEBAN, M. T.(Org.) (2003). Escola, Currículo e avaliação. *Série Cultura Memória e currículo*, vol. 5. São Paulo: Cortez.

GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico–Crítica. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch (1993). Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade.

LIBÂNEO, José (1985); A Prática Pedagógica de Professores da Escola Pública. São Paulo.

LUCKESI, C.C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudar e proposições. São Paulo: Cortez, 2002.

_____, Cipriano Carlos (1986). Avaliação Educacional Escolar Para Além do Autoritarismo. Revista da Ande, (10): 47-51, (11): 47-49, São Paulo.

MEDIANO, Z. D. A Avaliação da aprendizagem na escola de 1º grau. In: candau, M.(org). Rumo a uma nova didática. 9ªEd. Petrópolis - R.J.ed. Vozes. 2009. Pág. 152-164.

MORIM, E. (1994). *Ciencia com Consciencia*, Portugal: Publicações Europa – América.

MORETTO, Vasco. Avaliação da aprendizagem: uma relação ética. In: VI CONGRESSO PEDAGÓGICO DA ANEB. Brasília, 1996

MOURA, M. A atividade de ensino como unidade formadora. *Bolema*,. São Paulo, ano II, n.12, 1996.

PATTON, M. Q. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. 2ª Ed. Newbury Park, CA: Sage. Publicaciones.

PERRENOUD, P. (1999). *Avaliação - da Excelência à Regulação das Aprendizagens, Entre Duas Lógicas*. Porto Alegre: Artmed.

PETRIN, Eliane Aparecida. Avaliação no Processo Ensino-Aprendizagem. Artigos.com <http://www.artigos.com/artigos/humanas/educação/avaliação-no-processo-ensino-aprendizagem-1889/artigos/>. Publicado em 30 de junho de 2007. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

PILET, Nelson (2000); *Psicologia Educacional*, Editora Ática, 17ª Edição, São Paulo

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que avaliar? Como Avaliar? critérios e instrumentos*. Petrópolis : Vozes, 1995.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico Crítico*. 10ED. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2008.